

Luto materno é questão de saúde pública



A dor de perder um filho durante a gravidez ou logo após o nascimento sempre existiu. No entanto, durante séculos, foi silenciada, ignorada e tratada com frieza por instituições e governos. Apenas em maio de 2025 foi sancionada a lei que institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, voltada ao acolhimento de famílias que enfrentam a perda gestacional, perinatal ou neonatal — ou seja, até 27 dias após o parto.

A nova legislação, que será incorporada ao SUS, representa uma vitória importante para mães enlutadas, principalmente para as mulheres que, historicamente, sofreram caladas diante da perda e do descaso. A lei garante a possibilidade de realizar ou não liturgias fúnebres, assegura o direito de contato com o bebê, quando desejado, e determina que mães enlutadas não sejam acomodadas nas mesmas alas de puérperas com filhos vivos, uma medida básica de humanidade, que por muito tempo foi negada. Também passa a ser garantido o direito à assistência psicológica, exames para identificar causas do óbito e acompanhamento específico em uma nova gestação.

É o reconhecimento de que o luto materno importa, de que a dor da perda precisa ser acolhida e de que nenhuma mulher deve atravessar esse momento sozinha. É também um avanço na luta por um SUS mais humano, que compreenda o cuidado como um direito e não como um favor.

Agora, é preciso garantir a implementação real, com estrutura, formação de profissionais e sensibilidade nos atendimentos. Que essa política seja apenas o começo de um novo tempo, onde a dor das mulheres seja ouvida, acolhida e respeitada. Porque dignidade não se negocia, se conquista e se exige.

Cresce insatisfação com o Congresso

A mais recente pesquisa Genial/Quaest apenas confirma o que a maioria dos brasileiros sente no dia a dia. O Congresso Nacional não representa o povo. Segundo o levantamento, 51% dos entrevistados desaprovam a atuação dos parlamentares. Apenas 42% avaliam positivamente. Os números são o reflexo direto de um parlamento que, cada vez mais, se ajoelha diante dos interesses das elites econômicas.

Eleitos para legislar em nome da maioria, muitos parlamentares não têm qualquer compromisso com os direitos sociais, preferindo agradar bancos, grandes empresários, ruralistas e especuladores. A agenda ultraliberal que avança no Legislativo desmonta políticas públicas, mercantiliza direitos básicos como saúde e educação, e ataca brutalmente os mais vulneráveis.

O cenário exige organização e resistência. É fundamental que os trabalhadores compreendam que não há neutralidade possível. Ou se está ao lado do povo, ou a serviço do capital. O Parlamento só voltará a cumprir seu papel quando for pressionado nas ruas, nos locais de trabalho, nas bases.

A construção de uma representação verdadeiramente popular passa pela mobilização coletiva. Só com luta e consciência de classe será possível romper com o Congresso das elites, conservador e reacionário.